

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29nespp7>

CONSEQUÊNCIAS DAS “ELITAS DO ATRASO NO PODER”: a democracia no Brasil e a “[des] esperança equilibrada”, a destruição das universidades, a mídia e o trabalho escravo

*Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa contra a mola que resiste
Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, deceitado
Entre os dentes segura a primavera*

(Música “Primavera Nos Dentes” –Secos & Molhados e
Composição: João Apolinário / João Ricardo)

No editorial dessa edição, damos prosseguimento às críticas ao Golpe de Estado que culminou com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, assim como vimos fazendo nas edições mais recentes. Adotamos essa posição porque entendemos que é fundamental estudar o golpe à democracia, a partir de um olhar crítico, fazendo, permanentemente, uma radiografia do golpe, enquanto imbróglio anti-civilizatório e antidemocrático que teve início nas manifestações de junho de 2013 e se estende até os dias atuais. Isto significa, no âmbito das pesquisas, em qualquer área do conhecimento, investigar, diuturnamente, o cerco jurídico, político, empresarial e midiático que solapou e continua solapando de nós a democracia e o Estado de Direito¹.

Isso posto, somos da opinião que não é possível construir ciência, tecnologia e inovação sem, contudo, questionar os critérios, barreiras, limites, possibilidades para a

1 CASARA, Rubens. **Estado Pós-Democrático: Neobscurantismo e Gestão Indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização, 2017.



Este texto está publicado sob uma licença Creative Commons
Atribuição NãoComercial-CompartilhaIgual – CC BY NC AS
Mais detalhes em: <https://br.creativecommons.org/licencas/>

construção do conhecimento baseado numa ética na política, com base numa cidadania emancipatória. E, para tanto, todo espaço é espaço de enfrentamento e resistência, seja nas quadras, academias de ginástica, laboratórios, pesquisa, ensino e extensão, cursos de graduação e pós-graduação e outros.

Nossa posição nos editoriais pode ser reforçada a partir da reflexão de que a “democracia” brasileira encontra-se na “corda bamba equilibrista”², ou seja, de um lado, o autoritarismo encoberto pelas formalidades legais falsamente democráticas, desestruturadoras dos direitos políticos, sociais e trabalhistas e, de outro lado, a luta dos trabalhadores empobrecidos, tanto os que ainda têm carteira assinada (classe-que-vive/sobrevive-do-trabalho), quanto os desempregados, precarizados, isto é, a classe-que-vivia-do-trabalho e agora já não vive mais.

Além disso, no âmbito da conjuntura e das políticas educacionais, urge fazer menção, primeiramente às leis que fomentam a destruição da universidade pública, que atinge diretamente aos servidores públicos, entre eles os docentes da educação básica e superior. Some-se a isso tudo, o papel seminal e destrutivo da democracia pela mídia, a precarização do trabalho (flexibilização das leis trabalhistas), o projeto de precarização da Previdência, persistência do trabalho escravo e as tentativas de privatização e destruição da Amazônia e de outros bens públicos. Em relação às instituições, não se pode esperar muito delas, considerando que estão facciosamente enlameadas de incredibilidade pela posição seminal assumida na construção do Golpe de Estado³.

Nesses termos, podemos citar algumas consequências dessas legislações, quais sejam: perda da aposentadoria integral; pagamento da previdência social pelos aposentados; utilização do “capital intelectual” (docentes) em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação direcionados para o atendimento às demandas das empresas; aumento da relação aluno/professor para 18/1; instituição da previdência complementar para o setor público; fragilização do regime de dedicação exclusiva apresentado pelo Marco Legal da Ciência, tecnologia e Inovação; a desestruturação da carreira docente, feita pela imposição arbitrária do governo que se negou a dialogar com o conjunto da categoria docente que estava em greve; institucionalização do reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os professores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Além dessas, há outras que tramitam no Congresso Nacional (PLP 257/216) aprovado pela Câmara como PL 54/16 e a PEC 55/16 (antiga PEC 241/216). Todas elas no intuito de realizar o ajuste fiscal e que propõem, entre outras medidas, “a suspensão de concurso público; a desvinculação dos recursos da Educação dos impostos recolhidos e a estagnação da carreira, ao não autorizar a progressão e promoção dos servidores”.

Esses ataques possuem um caráter restritivo e apontam para o desmonte do serviço público, especificamente, da educação; impõem uma ressignificação da universidade

2 FONSECA, Francisco. **A democracia no Brasil ou a [des] desesperança equilibrista**. Le Monde Diplomatique, ano 10, n. 120, Julho de 2017, p.09.

3 FONSECA, Francisco. **A democracia no Brasil ou a [des] desesperança equilibrista**. Le Monde Diplomatique, ano 10, n. 120, Julho de 2017, p.09.

pública, para o fim da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão; para o desestímulo à capacitação, enfim, para a quebra da isonomia e para o aumento da carga horária de trabalho”⁴.

Com essas reflexões, nosso intuito é destacar os desmandos e iniquidades promovidas pelo golpista Temer e a “elite no poder”, ou melhor, “a elite do atraso”⁵, aqui compreendida enquanto os donos do poder do capital. Nesse sentido, foi ela que com o escárnio escancarado das instituições, fez a interrupção daquilo que se chamou de “democracia brasileira” atacando inclusive os princípios elementares da “democracia”. Esses donos do poder fizeram e continuam fazendo, cotidianamente, todo esse inferno precário e destrutivo dos direitos e políticas públicas e sociais com o intuito de manter privilégios, acumular cada vez mais capital e, assim, poder perpetuar uma sociedade cada vez mais excludente, escravagista, perversa e cindida abissalmente em classes sociais. Além desses ataques, temos outros: no caso das universidades públicas, além dos cortes orçamentários, que dificultam o estabelecimento de condições adequadas de trabalho, há o agravante de exigências de produtividade; descaso com os servidores públicos; priorização do atendimento das elites do agronegócio (exemplo: trabalho escravo e demarcação das terras indígenas); priorização dos lucros para os bancos e as grandes empresas e, aliado a isso, a abertura do país à exploração do capital estrangeiro em áreas como saúde e meio ambiente⁶.

É essa elite que, obstruindo o Brasil, centra-se na violência simbólica da Lava a Jato, da Rede Globo de Televisão e do Supremo Tribunal Federal (STF), bancadas BBB: Bala (ligada diretamente à polícia e às empresas de segurança, ao aparato repressivo e contra o estatuto do desarmamento), Boi (agronegócios) e Bíblia (pastores fundamentalistas), que ditam suas posições neoliberais e neoconservadoras no Senado e na Câmara dos Deputados. Aliás, nesse contexto, a grande mídia brasileira, que se constitui como uma elite no poder, golpista e perpetuadora da “notícia” e da política como mercadorias, se caracteriza pela ingerência da antipolítica arquitetada por quatro famílias, a saber: os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias podem-se somar outras mídias de segunda linha, tais como: os Alzugay (Editora Três/Isto é) e os Saad (Rede Bandeirantes) ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no Sul do país). A reflexão sobre essas mídias no limiar da contribuição delas, em conluio com o Estado neoliberal, visando a perpetuação do capital, faz parte do contexto das demais reflexões sobre as ideias dominantes do Brasil moderno e sua institucionalização. Essas mídias se assentam nas “ideias dominantes” e do pensamento único. Tudo é programado para “retirar dos indivíduos a possibilidade de compreender a totalidade da sociedade e suas reais contradições, os quais são substituídos por falsas

4 ANDES-Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública. **As políticas de desmonte da Educação Pública**. ANDES: Brasília, Janeiro de 2017, p.10.

5 SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava a Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

6 InforAtivo ANDES UFSC, Setembro 2017, Edição 29.

questões.⁷⁷ Há diversos exemplos para ilustrar isso, como a falsa ideia de corrupção, déficit da previdência, ética na política, privatização, direitos dos trabalhadores, entre outras.

São esses detentores do poder que colocam em movimento uma máquina de propaganda incontestável, objetivando, de forma tendenciosa e manipuladora, a formação de opinião. São eles, além dos partidos (PSDB, PMDB e outros partidos menores, do chamado Centrão conservador) que, à base do neoliberalismo e do ódio à democracia, minaram as estruturas do Estado Democrático de Direito⁸. Na verdade, o sistema midiático permanece oligopolizado e oligárquico principalmente, a rede concessionária de TVs e rádios, ainda articulada aos jornais, revistas e ao mundo digital, os quais atuam como “aparelhos privados de hegemonia”. Nesse sentido, a mídia burguesa pode ser considerada como um ator político “paraestatal”, com um poder enorme de influenciar não só a percepção social da vida política como também os comportamentos éticos, estéticos e sociais dos cidadãos. Sendo assim, há a necessidade de uma reforma para a sua regulamentação sob o risco de não podermos vislumbrar qualquer possibilidade de retomada da democracia a partir de um efetivo “controle social” pela sociedade politicamente organizada⁹.

O Estado Pós-Democrático de Direito, antes do golpe de 2016, se caracterizava pela existência de limites rígidos ao exercício de poder e o fundamental desses limites era a construção da cidadania na luta pelos direitos e garantias fundamentais. Hoje, tornou-se impossível falar sobre concepção e prática de Estado, considerando as crescentes destruições e ameaças aos direitos dos trabalhadores, conforme podemos ver diuturnamente as consequências para a cidadania, tendo em vista os cortes e redução de direitos a partir do advento das contrarreformas Trabalhista, terceirizações, Ensino Médio, Previdência e as privatizações e entregas do patrimônio público à iniciativa privada e ao capital internacional (Educação, Eletrobrás, Petrobrás, Pré-Sal, estradas, aeroportos, portos, estradas e outros). Além disso, o governo ilegítimo temer pretende entregar o que resta das riquezas do Brasil (Amazônia) e forçar os estados a vender empresas de água e saneamento para as potências estrangeiras.

O chamado “Estado pós-democrático”, de caráter ultra neoliberal e neoconservador, forjado pelas elites atualmente no poder, ao disseminar as privatizações do patrimônio público, demonstra a intenção de não “produzir o bem comum”, mostrando que “no Brasil o ódio aos pobres” é um problema de ódio à democracia e, conseqüentemente, um ódio às classes populares que, aliás, parece constituir na mais brasileira de nossas singularidades sociais¹⁰.

7 LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

8 CASARA, Rubens. **Estado Pós-Democrático: Neobscurantismo e Gestão Indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização, 2017.

9 FONSECA, Francisco. **A democracia no Brasil ou a [des] desesperança equilibrista**. Le Monde Diplomatique, ano 10, n. 120, Julho de 2017, p. 09.

10 CACCIA BAVA, Silvio. **Um bem de todo e de ninguém: produzir o bem comum (Editorial)**. Le Monde Diplomatique, outubro de 2017, ano 11, n. 123, p. 13.

Nesse sentido, para além do Estado pós-democrático, produzir o bem comum não é privatizar as empresas públicas, cedendo-as às empresas privadas nacionais e transnacionais por puro interesse de acumulação de capital em benefício das elites. Pelo contrário e, isso é um desafio para as esquerdas, enquanto uma utopia possível na luta a contra propriedade privada dos meios de produção. Isto significa pensar, na prática, num governo de esquerda sem “conciliação de interesses e de classes”, cujo fim é produzir uma sociedade colaborativa, solidária, com ampla participação social em suas instâncias políticas. Ademais, trata-se de eleger um governo voltado para a apropriação coletiva da riqueza existente e dos recursos e lucros que a própria sociedade, coletivamente, gera. Portanto, para produzir o bem comum será necessário produzir uma democracia pós-Estado democrático; “uma democracia de novo tipo, capaz de colocar os cidadãos e as cidadãs no centro das decisões sobre coisas de interesse público”. Nesses termos, pode-se dizer que só com essa força de lutas e resistências construídas cotidianamente é que será possível construir e submeter a economia aos interesses da maioria, da classe trabalhadora¹¹.

Em suma, consideramos essencial reconhecer que temos pela frente, peremptoriamente, o desafio de recuperar e, ao mesmo tempo ampliar, as vicissitudes e pressupostos teórico-práticos do Estado Democrático de Direito. Essa postura é fundamental, considerando que o “Estado Pós-democrático” se constitui num Estado que, da perspectiva econômica, retoma com força as propostas do Estado mínimo do neoliberalismo e, que, do ponto de vista político, articulado ao hiperconservadorismo presente no Congresso e no Senado, se insurge como “um mero instrumento de manutenção da ordem, controle das populações indesejadas e ampliação das condições de acumulação do capital e geração de lucros”.

Essas reflexões sobre a “democracia equilibrista”, cujas metáforas se assentam na ideia da “esperança equilibrista” e na “corda bamba de sombrinha”, a nosso ver, devem vir acompanhadas, em contradição a um dos versos da epígrafe que abre esse editorial: Quem tem consciência para ter coragem, quem tem a força de saber que existe, e no centro da própria engrenagem, inventa contra a mola que resiste”.

Na edição passada demos espaço às reflexões sobre o mundo do trabalho no governo temer, sobretudo, no que concerne às consequências da reforma trabalhista. Afirmamos que dentre as transformações do mundo do trabalho, presentes nas políticas desse governo, estão a flexibilização e a terceirização, que podem ser denominadas de “inferno precário”, que também marcam as políticas de trabalho na maioria dos governos neoliberais em todo o mundo e que se constituem num mecanismo importante de concentração de riqueza e transferência de renda do trabalho para o capital. Foi, portanto, nesse limiar, que refletimos sobre as consequências da flexibilização da organização do trabalho, na qual a

11 SOUZA, Jessé. **O problema do Brasil é o ódio ao pobre**. Le Monde Diplomatique, setembro de 2017, ano 11, n. 122, p.16-017.

terceirização representa uma de suas principais formas, constituindo-se numa política de gestão que está sintetizada de maneira articulada com as políticas neoliberais.

Hoje, as estatísticas parecem apontar para um panorama menos catastrófico com relação aos índices de desemprego. Entretanto, tais dados acabam sendo informados pela mídia visando propagar uma suposta reação da economia, sem considerar que as vagas de emprego criadas dizem respeito a empregos precários ou subempregos. Ou seja, os dados são escamoteados pelo aumento da informalidade sem carteira assinada no mercado de trabalho, como indica o IBGE: “a taxa de desemprego caiu no trimestre de junho a agosto puxada, mais uma vez, pela geração de vagas de trabalho sem carteira assinada”.

É, portanto, na esteira, do embate capital e trabalho, que o governo temer comete mais uma perversidade contra os direitos humanos: para se livrar de mais uma denúncia do MPF, atende a reivindicação da bancada ruralista para flexibilizar o trabalho escravo no Brasil! Tal procedimento, na dimensão da barbárie, traz, claramente, os diversos tipos de barganha que as elites no poder utilizam para garantir privilégios. Para que isso seja factível, adotam ações, políticas ou medidas para espoliar a classe trabalhadora, legitimando ilegalidades e beneficiando infratores e criminosos.

A bola da vez é o trabalho escravo! Como se não bastassem as fronteiras tênues entre as novas formas de trabalho flexível e precário, que na lógica do capital, apresentam elementos de violência simbólica semelhantes ao trabalho escravo, dessa vez temer não titubeou: pressionado pela bancada ruralista, aprovou a Emenda Constitucional – PEC 81, em 2014, tramitou por quase duas décadas, assinando a Portaria 1.129, baixada pelo Ministério do Trabalho¹². Na prática, trata-se de uma regulamentação que, objetivamente, nada mais é do que um projeto de “redução do conceito de trabalho escravo” inscrito no artigo 149 do Código Penal, atingindo a fiscalização e os trabalhadores.

O projeto está em suspenso, em função da resistência de diversos setores da sociedade civil (entre eles o SINAIT-Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho¹³) comprometidos com a erradicação da escravidão no Brasil na atualidade e pela punição dos neoescravagistas donos dos diversos negócios no campo (latifúndios) e nas cidades (ex: bolivianos e paraguaios em São Paulo). O importante a ressaltar é que a portaria, entre outras coisas, altera conceitos de jornada exaustiva, trabalho forçado e condições análogas às de escravo, tentando fazer, na prática, o que o Congresso Nacional não fez, restringindo, assim, as possibilidades de caracterização da situação de escravidão contemporânea por parte da fiscalização. É oportuno enfatizar que essa escravidão, normalmente, acontece por motivo de dívida e trabalho forçado, as quais não são resquícios do passado em fazendas remotas e atrasadas. Elas ocorrem na atualidade tanto de forma visível quanto invisível. Essa forma de escravidão no trabalho encontra-se nos desmatamentos, na produção de

12 O documento vinha sofrendo duras críticas do Ministério Público do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho e até da procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Uma liminar da ministra Rosa Weber, do STF, suspendeu os efeitos da portaria até o assunto ser julgado pelo plenário do STF. Além disso, foi encaminhado um apelo à relatoria Especial para Formas contemporâneas de escravidão, além de relatores para a Pobreza Extrema e Direitos Humanos.

13 <https://www.sinait.org.br/>

carvão, nos seringais e garimpos, nos projetos, muitas vezes, com incentivos fiscais de bancos nacionais e multinacionais. Todo esse processo anti-civizatório tem como pano de fundo “a escravidão que ocorre nas comunidades rurais de lugares empobrecidos, predominantemente, do Norte e Nordeste do Brasil, onde são recrutados os trabalhadores que a dívida manipulada pelos patrões e pelos intermediários, transforma essa gente em escravos, sujeitos à humilhação, ao chicote e à morte”.

Com efeito, essas “formas análogas ao trabalho escravo”, em sua essência, são pura escravidão. Elas são consequências de uma receita perversa de modernização da “democracia equilibrada brasileira” levada a cabo com requintes de barbárie pela elite no poder no Estado pós-democrático, cujas ações e projetos fascistas e escravocratas terminam por disseminar uma degradação que nos empobrece de humanidade pelos grilhões da escravidão moderna¹⁴.

A portaria assinada por Temer avança no que diz respeito à independência dos Auditores-Fiscais do Trabalho, determinando que, nesse sentido, o flagrante de trabalho escravo só terá validade com boletim de ocorrência lavrado por policiais. Se o policial, por exemplo, não entendesse que determinada situação se caracterizasse como trabalho escravo, não haveria flagrante, não haveria auto de infração. Ou seja, os Auditores-Fiscais do Trabalho, que têm por missão fiscalizar, estariam sendo fiscalizados e, nessa perspectiva a Lei 13.464/2017 está sendo atacada¹⁵.

Nessa mesma direção, outra questão que mostra a ingerência da bancada ruralista, por trás de toda essa tentativa de ressuscitar o trabalho escravo e as formas análogas a ele, como uma escravidão moderna, diz respeito à possibilidade de divulgação da chamada “Lista Suja”: instrumento que muito incomoda os empresários por causa da exposição pública e da restrição a financiamentos, frequentemente é questionada na Justiça”. Em relação à fiscalização do trabalho escravo, houve um enorme corte de orçamento da Secretaria de Inspeção do Trabalho promovido pelo governo neste ano, atingindo, fulcralmente, a fiscalização do trabalho escravo.

Este número da Motrivivência foi editorado num período particularmente conturbado da vida acadêmica na UFSC. A estúpida e criminoso perseguição aos gestores da universidade, com requintes de espetacularização da Polícia Federal durante a Operação Ouvidos Mucos, culminou num cenário de suicídio do prof. Luiz Carlos Cancelier (reitor), de pressão espúria (e o conseqüente afastamento) sobre a profa. Alacoque Erdmann (vice-reitora), posse do decano do Conselho Universitário, prof. Ubaldo Balthazar, como reitor *pro-tempore*, e a convocação de nova consulta eleitoral à comunidade da UFSC.

14 MARTINS, José de Souza. **Prefácio**. In: SUTTON, Alison. **Trabalho escravo**: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. São Paulo, Loyola, 1984: Coordenação; CPT, p. 10-11.

15 *InformAtivo ANDES UFSC*, Setembro 2017, Edição 29.

A revista Motrivivência se solidariza com os familiares e amigos mais próximos do reitor, diante do sofrimento de perda e pelo ferimento aos direitos humanos, inerente ao Estado de Direito, também ferido no atual Estado Pós-Golpe Democrático.

Lamentavelmente, chegamos a um estado em que a democracia parece se “equilibrar” sobre um abismo, de forma que todas as medidas governamentais e “judiciais de exceção” parecem se justificar, como por exemplo, a ação espetacular e midiática de prisões arbitrárias, violentas e sem provas, como no caso do reitor. Aliás, um retorno da “agressividade bruta, com movimentos de violência real e simbólica, como se viu no período da Inquisição e às vésperas do 31 de Março de 1964”. Não por acaso, faz lembrar a própria Lava-Jato, na maioria de suas ações, em conluio com a Polícia Federal no Estado de Exceção, forjando uma “cruzada cega contra a corrupção”, prendendo os supostos corruptos e inimigos das “elites do atraso” no poder, apenas com indícios, ilações e suposições, sem provas contundentes. Assim, a Lava-Jato, enquanto inerente ao Estado de Exceção, enterra o Estado de Direito e junto com ele cidadãos, como foi o caso do prof. Cancelier. Na prática isso significa dizer que “estamos na guerra de todos contra todos, e quem não manejar suas armas se tornará um simples ‘indesejável’”.¹⁶

A Lava-Jato, que está a mercê das investigações da Polícia Federal, das denúncias do Ministério Público e do aval do juiz Sérgio Moro, virou fórmula para judicializar e criminalizar a micro e a macro política, usando como método o “direito penal do inimigo” (partidário, de classe e de ideologia). São questões que afrontam o direito penal constitucional no Brasil e que apresentam duas questões de caráter jurídico, ético e político, a saber: a transformação do depoimento do delator em indício de prova, com a consequente equiparação dos depoimentos de dois ou mais delatores em conjunto probatório; e a tendência a se perder a diferença qualitativa, ainda existente, entre os métodos investigativos da Polícia e do Ministério Público dos praticados por delinquentes. Além disso, a prisão preventiva como meio de extrair provas é classificada como modalidade de guerra ao inimigo¹⁷. E como barbárie que pode custar o adoecimento físico-mental, sofrimento, em razão das humilhações públicas sem prova e, como vimos, até o suicídio. Nesse episódio neofascista, que expõe a perspectiva reacionária da Polícia Federal, chama a atenção o método de humilhação da prisão preventiva, cuja intenção é primeiro prender sem provas e depois arquivar o processo. Sendo assim, quando o sujeito não se suicida, termina ficando marcado para o resto de sua vida. Isso fica claro no texto publicado pelo reitor no O Globo, dias antes de cometer o suicídio: “Fomos presos, levados ao complexo penitenciário, despídos de nossas vestes e encarcerados, quando paradoxalmente a universidade que comando desde maio de 2016 foi reconhecida como a sexta melhor instituição federal de ensino superior brasileira”.¹⁸

16 LEITE, Paulo Moreira. **A outra história da Lava-jato: uma investigação necessária que se transformou numa operação contra a Democracia**. Geração Editorial, 2015, p. 15.

17 LEITE, Paulo Moreira. **A outra história da Lava-jato: uma investigação necessária que se transformou numa operação contra a democracia**. São Paulo: Geração Editorial, 2015, p. 15.

18 www.vermelho.org.br/noticia/302611-1

Em suma, a lição que aprendemos com todo esse lamentável episódio é que o Estado de Exceção no Brasil fez mais uma vítima fatal¹⁹, no âmbito dos pressupostos de uma Lava-Jato contra a democracia. Nesse sentido, temos que defender a universidade como um espaço democrático e referência de ética na política, pois, como parte de sua destruição pelos neoliberais e neoconservadores da “elite do atraso”, é possível que, possam surgir novas investidas de perseguição, “farsas óbvias e mal ensaiadas, cruzadas cegas e escândalos prontos para servir”.²⁰

Não por coincidência, a morte do reitor surge no âmbito do Estado pós-democrático e no enterro do Estado de Direito, fundamentalmente num momento em que se aprofundam os ataques ao caráter público das universidades, marcados pelas políticas de austeridade fiscal, que pretendem privatizar os serviços públicos de educação, saúde, previdência e assistência social, em benefício do *rentismo*, que sangra os cofres públicos.²¹

Apesar de todas as dificuldades que se anunciavam e, de fato, se fizeram presentes no cenário nacional da ciência e tecnologia como desafios constantes ao trabalho editorial, Motrivivência está lançando uma quarta edição neste ano, como número especial do volume 29. Isso graças ao apoio do PPGEF/UFSC e do Centro da Rede CEDES/Santa Catarina (a quem agradecemos!), que nos proporcionaram as condições que viabilizaram o atendimento à periodicidade prevista (quadrimestral) e a publicação dessa edição extra.

Cabe agora falarmos um pouco sobre essa edição, começando pela nossa capa. A partir da exposição fotográfica que aconteceu na Sala de Imagem do último CONBRACE/CONICE (Goiânia, 2017), fizemos convite a alguns dos autores a disponibilizarem suas fotos para que viessem a ser aproveitadas como imagens de capa da revista. Nosso propósito é valorizá-las como um modo específico de produção e veiculação de conhecimento. Para a capa dessa edição, contamos com uma contribuição do prof. Marco Paulo Stigger, da ESEFID/UFRGS, que registrou cena de um skatista no parque Marinha do Brasil, em Porto Alegre. Agradecemos ao prof. Stigger pela cedência da sua foto para a Motrivivência.

Já nossa seção de Homenagens vinha, há algum tempo, priorizando destacar nomes de colegas ainda em atividade na Educação Física (ou áreas afins) e, nos últimos números, nosso foco tem sido homenagear os integrantes da nossa Comissão Científica, como forma de agradecer suas inestimáveis contribuições à revista. Nesse número, porém, e de forma excepcional, decidimos interromper pontualmente tal prática e essa série histórica

19 Em nosso entendimento, a causa do AVC que matou a sra. Marisa Letícia Lula da Silva teve tudo a ver com o modo como Lula foi e vem sendo tratado no âmbito desse tribunal de Inquirição, pejorativamente também chamado de república de curitiba (grafado assim mesmo, sem maiúscula)

20 LEITE, Paulo Moreira. **A outra história da Lava-jato: uma investigação necessária que se transformou numa operação contra a democracia**. São Paulo: Geração Editorial, 2015, p. 15.

21 InforAtivo ANDES UFSC, Setembro 2017, Edição 29.

para prestar uma homenagem póstuma ao prof. Selvino Assmann, filósofo amigo da nossa área, professor emérito do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, além de ex-editor da revista INTERthesis. Para prestarmos essa homenagem, contamos com a ajuda dos professores Santiago Pich (UFSC) e Ivan Gomes (UFES), a quem agradecemos pela oportunidade de divulgarmos o sensível texto produzido por eles, na condição de colegas, ex-orientandos e amigos do prof. Selvino.

Algumas palavras ainda sobre nossa edição: estamos publicando mais quinze textos, divididos em dez na seção Artigos e cinco em Porta Aberta. Um olhar sobre o sumário permite identificar um bom equilíbrio, sob diferentes aspectos, da produção veiculada. Temos presentes temas e abordagens diversas, passando por esportes, Educação Física escolar, mídia, políticas públicas, entre outros; há autores em diferentes estágios de formação; instituições e regiões do país as mais diversas estão representadas nessa edição. Desse modo, acreditamos que estamos cumprindo com nosso compromisso de ampliar o espectro de veiculação do conhecimento científico em Educação Física, esporte e dança.

Já que estamos em tempos de balanço e fechamento do ano, outros agradecimentos se fazem necessários: aos/as colegas da *comissão editorial*, que fazem o cotidiano da revista com muito trabalho e bom humor, garantindo um ótimo fluxo de submissão-avaliação-publicação dos manuscritos; aos/as *parceiros/as do Portal de Periódicos da UFSC*, não apenas pelo inestimável apoio técnico, como também pela amizade, pelo companheirismo e pela sempre carinhosa acolhida aos nossos pleitos; aos/as nossos/as *pareceristas permanentes e ad hoc*, que numa colaboração espontânea e gratuita garantem a qualidade da produção que é publicada na revista; aos/as *autores/as*, tanto aqueles/as cujos textos são aprovados e publicados quanto os/as que, mesmo não conseguindo aprovação, nos prestigiam ao escolher Motrivivência como uma opção para a veiculação de sua produção; e sobretudo aos/as *leitores/as*, membros da comunidade acadêmica que, em 2016, fizeram a nossa revista o periódico mais acessado no Portal de Periódicos, com mais de 200 mil acessos de IP único.

Nesse momento estamos às vésperas de ingressarmos em 2018, ano que marcará o trigésimo aniversário da Motrivivência. De fato, somos um dos mais antigos periódicos da área de Educação Física em nosso país que continua com sua circulação de forma ininterrupta. Para comemorarmos os nossos 30 anos estamos planejando uma série de ações, para as quais a comunidade acadêmica será convidada a participar. Nesse sentido, alertamos nossos leitores e colaboradores a ficarem atentos à área de notícias em nossa página <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/announcemen>> e ao nosso perfil na rede social facebook para conhecerem as atividades que serão propostas.

Para finalizar, queremos desejar a todos os colaboradores, autores e leitores da Motrivivência uma boa leitura e um final de ano com melhores expectativas e lutas concretas de enfrentamento e resistência ao Estado pós-democrático do governo Temer, representante da elite do atraso, pois como nos ensinou o grande Chico: “vai passar...”! E vai passar porque para além da (des) esperança equilibrista o “mar da história é agitado”:

*Fiz ranger as folhas de jornal
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.
E logo
de cada fronteira distante
subiu um cheiro de pólvora
perseguido-me até em casa.
Nestes últimos vinte anos
nada de novo há
no rugir das tempestades.*

*Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?
O mar da história
é agitado.
As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta as ondas.*

(Poema de Maiakovski: E então, que quereis?)

Florianópolis/SC, dezembro de 2017.

**Maurício Roberto da Silva
Giovani De Lorenzi Pires
Rogério Santos Pereira**
Editores